

A Consulta Pública Quilombola - etapa preparatória da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Brasília, 26 de maio de 2005.

Resumo executivo¹

A abertura da "consulta pública quilombola" ocorreu na manhã do dia 26/05, e contou com a presença da ministra Matilde Ribeiro (SEPPIR) e de representantes dos diversos ministérios e órgãos federais que implementam ações voltadas para as comunidades quilombolas no Brasil - MDA, INCRA, MDS, MS, FUNASA, MEC, MMA, Secretaria da Pesca, MME. Havia cerca de 150 representantes quilombolas de praticamente todos os estados da federação, menos Acre e Roraima.

A ministra Matilde Ribeiro (SEPPIR) informou que a proposta de realização de consultas específicas com indígenas e quilombolas como parte do processo de preparação da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial surgiu de uma demanda dos indígenas.² Ficou acordado que de cada uma das consultas deverão sair 48 delegados, ou seja 48 delegados da consulta indígena e 48 delegados da consulta quilombola, mais os indicados nas conferências estaduais.

A senhora Kelma, representando o MDA/INCRA, informou aos presentes que está em curso a criação de uma "coordenação geral de regulação dos territórios quilombolas". Informou ainda que foi encaminhado ao Ministério do Planejamento o pedido de aprovação deste arranjo institucional e liberação dos recursos financeiros necessários para a sua efetivação, inclusive para a contratação de pessoal via concurso público.

A senhora Eliana Campos, do MDS, informa que existe hoje nesse ministério "21 portas de entrada" voltadas para a inclusão social, que por falta de uma divulgação mais eficiente têm sido subutilizadas pela população alvo. Em parceria com outros 11 ministérios e 3 secretarias especiais, há também o que ela chamou de "portas de saída", ou seja, mecanismos destinados a geração de alternativas de emprego e renda.³ Mencionou também que o Programa Fome Zero tem hoje 102 "parceiros", entre eles o Banco do Brasil e a Petrobrás.

¹ Ricardo Verdum (INESC), 28/05/2005.

² A 1ª Conferência vai ser realizada em Brasília, de 30 de junho a 2 de julho de 2005. Segundo a ministra Matilde, nessa conferência pretende-se promover uma revisão do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e reunir subsídios para orientar a política do atual governo federal nos próximos um ano e meio, e os seguintes.

³ Na página do MDS consta que, em parceria com a Fundação Cultural Palmares, o MDS investiu cerca de R\$ 5 milhões em ações estruturantes destinadas a 150 comunidades quilombolas.

Ivo Fonseca, representando a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola (Conaq) e a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconerug-MA) ressaltou que a regularização fundiária deve ser tomada como a principal preocupação do movimento. O Brasil é um país onde a burocracia tende a dificultar a implementação das políticas, especialmente quando se refere aos direitos sociais. Também chamou a atenção para a importância da realização em 2006 do IV Encontro Nacional Quilombola.

Desfeita a mesa de abertura, teve início a consulta propriamente dita com a revisão do texto do regimento da consulta quilombola. No artigo 4º foram incluídos mais dois grupos temáticos, o de "desenvolvimento sustentável" e o de "cultura", além dos oito previstos inicialmente no documento⁴. Foi definido pela plenária que cada grupo temático teria em média 15 pessoas (artigo 11º) e que os coordenadores e os relatores seriam escolhidos entre os participantes de cada grupo temático (artigo 12º). Foi eliminado o artigo 17º que dizia que "as propostas discutidas e votadas serão encaminhadas apenas como emendas ao documento base da 1ª Conferência Nacional". No Artigo 21º, foi incluída a palavra "originários", ou seja, que os 48 delegados devem ser "representantes originários das comunidades quilombolas", e que (parágrafo 2º desse artigo) cada delegação estadual indicaria seus delegados à 1ª Conferência Nacional. Finalmente, o artigo 22º foi alterado, ficando com a seguinte redação: "Os casos omissos serão submetidos pela coordenação a Plenária da Consulta Quilombola".

Nas duas primeiras horas da tarde os grupos temáticos se reuniram para discutir os temas propostos, cada um o seu, e elaborara suas propostas e reivindicações, que posteriormente seriam submetidos a plenária. A seguir destacaremos algumas constatações, propostas e demandas aprovadas na plenária final nos grupos temáticos política internacional, educação, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e regularização fundiária.

GT Políticas Internacionais - foi constatado que existe mecanismos internacionais que garantem os direitos das comunidades quilombolas, mas que eles são pouco conhecidos pelas comunidades; que é necessário dar maior visibilidade às representações quilombolas nas instâncias internacionais; e que embora estas instância não tenham o poder de punir o governo brasileiro no caso de desrespeito aos direitos garantidos em nível internacional, estas instâncias são espaços de denúncia e de reivindicação importantes. Considerado isso, reivindica-se do governo brasileiro o cumprimento do prescrito na Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, e as deliberações das conferências regional de Santiago (Chile) e mundial de Durban (África do Sul) contra o racismo em 2001. Reivindica-se do governo brasileiro que não firme acordos

internacionais de implantação de grandes projetos que envolvam as comunidades quilombolas, sem que as mesmas sejam consultadas conforme estabelece a Convenção 169 da OIT. Que o Estado brasileiro não desloque a comunidades quilombolas de Alcântara no Maranhão em função do Centro de Lançamento de Foguetes. Estabeleça dialogo com organismos intencionais no sentido da inclusão dos direitos das comunidades quilombolas nas deliberações destes organismos internacionais. Que o estado brasileiro promova a inserção dos produtos quilombolas no mercado internacional. Combate a biopirataria dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas. Combate ao turismo sexual nas comunidades quilombolas. Acesso a bolsas de estudos de nível superior para os jovens quilombolas. Que o estado de apoio a realização de um encontro internacional das comunidades afro-descendentes.

GT Educação - apoio a criação de um sistema de educação escolar quilombola federal, com currículo e material didático específico, calendário ajustado a realidade local, pessoal qualificado, etc. Revisão da legislação voltada para a educação escolar considerando as especificidades das comunidades negras rurais. É necessário rever os conteúdos escolares relacionados a população afro-descendente, ainda se fala do negro como escravo. As comunidades devem organizar-se melhor e intervir junto aos poderes públicos municipais (executivo e legislativo) de forma a garantir a inclusão nas políticas e orçamentos públicos municipais o recorte racial voltado para as comunidades quilombolas.

GT Desenvolvimento Sustentável - as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas devem ser elaboradas em conjunto com as mesmas. Destacou-se isto porque os chamados "projetos especiais quilombolas" em nada se diferenciam dos projetos de assentamento de reforma agrária - o "especial" é só no nome. Titulação das terras é fundamental, sem ela o restante fica prejudicado. Formação e qualificação de técnicos quilombolas de apicultura, piscicultura, artesanato, outros nas áreas onde vivem as comunidades. Ampliação dos projetos de apoio às comunidades quilombolas (ex.: projeto de etnodesenvolvimento da Fundação Universidade de Brasília). Criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável quilombola, sob a guarda da SEPPIR e gerenciado pela Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola. Aposentadoria quilombola. As inovações tecnológicas devem estar em sintonia com as comunidades quilombolas. Apoio a produção e a comercialização dos produtos quilombolas, e apoio para a criação de uma marca para os produtos quilombolas. Apoio financeiro à produção quilombola a fundo perdido, considerando que o Brasil tem uma dívida com a população negra e as

⁴ GTs previstos no documento: (i) regularização fundiária, (ii) política pública de saúde, (iii) política pública de educação, (iv) mulher quilombola, (v) juventude quilombola, (vi) direitos humanos e segurança pública, (vii) religiões de matriz africana e (viii) política internacional.

comunidades remanescentes de quilombos. Investir no aprimoramento da infra-estrutura local. Incentivar o empreendedorismo quilombola. Fortalecimento das redes quilombolas de comercialização. Melhoria das condições de segurança alimentar junto as comunidades quilombolas.

GT Direitos Humanos - garantir a segurança das comunidades e lideranças durante o processo de titulação. O governo deve ser mais atento e ágil na punição da discriminação racial. Acesso igualitário as políticas de educação, saúde e trabalho. A criação de uma subcomissão na CONAQ para ampliar a divulgação do trabalho da Coordenação para as comunidades; há pouca informação chegando nas comunidades, o que tem dificultado a articulação do movimento na defesa dos direitos quilombolas.

GT Regularização Fundiária - que seja realizada uma reunião urgente com o presidente Lula e os ministros envolvidos com o Programa Brasil Quilombola para discutir a questão fundiária e as políticas de inclusão social das comunidades quilombolas. A Seppir deve encaminhar uma carta a todos os municípios onde há comunidade quilombola falando das políticas do governo federal e exigindo que as prefeituras busquem as organizações e as associações quilombolas para colocar em prática estas políticas. Aplicação imediata do Artigo 68 da Constituição Federal e do Decreto 4887 com vistas a titulação das terras quilombolas no Brasil. Disponibilização dos recursos financeiros necessários para a implementação da política nacional de promoção da igualdade racial e de regularização da situação fundiária. A criação de um PRONAF Quilombola com as mesmas características do PRONAF "A". Que a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o INCRA sejam mais eficientes e efetivas na defesa dos interesses das comunidades e lideranças quilombolas, especialmente no que se refere as ameaças de parte dos ocupantes e invasores dos territórios quilombolas. Que o governo federal não esmoreça frente a pressão do PFL, que argumenta ser o Decreto 4887 inconstitucional. Que seja dado ao INCRA plenos poderes para regularizar as terras quilombolas, que ele realize seu trabalho com maior agilidade, e que seja dados às superintendências regionais maiores poderes para efetivar as regularizações. A FCP deve ser mais ágil na elaboração dos certificados de reconhecimento dos territórios quilombolas. A criação de comissões quilombolas nas regionais do INCRA para agilizar as ações. A criação de um grupo de trabalho (GT) no Ministério do Meio Ambiente para tratar da questão das unidades de conservação (UCs) dentro das áreas quilombolas. Que a SEPPIR pressione o MDA e o INCRA para que agilizem a regulamentação das terras dos quilombos. Que cada instituição (SEPPIR, FCP e INCRA) defina claramente seu papel e suas responsabilidades em relação as comunidades quilombolas. Que sejam criadas comissões nos estados envolvendo INCRA, IBAMA, SEPPIR para tratar especificamente das questões dos quilombolas e com a presença destes. A instalação de um "balcão" [tipo ouvidoria específica] dentro dos INCRA regionais para tratar das questões quilombolas. Que o governo crie uma lei nacional que redefine os limites das

UC que estão dentro das áreas quilombolas e que o órgão que realiza estudos de impacto ambiental de grandes empreendimentos nas áreas quilombolas seja órgão de interesse público. Finalmente, que seja garantida a criação de uma "coordenação geral de regulação dos territórios quilombolas" em nível nacional⁵.

Estes foram, resumidamente, os principais pontos levantados por estes cinco grupos temáticos. Além deles, quatro outros grupos temáticos apresentaram suas propostas e sugestões, são eles: mulheres quilombolas, juventude, saúde e cultura e religiosidade.

⁵ Ver acima o anunciado pela representante do MDA.